ISSN: 2358-8829

A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NA INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS: ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS POR MEIO DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Evelin da Silva Santos [1]
Thayany Pereira da Silva [2]
Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade [3]
Samara Cavalcanti da Silva[4]

INTRODUÇÃO

Historicamente, a surdez foi tratada sob uma perspectiva excludente, marcada por práticas que buscavam a correção da deficiência auditiva e a normalização dos sujeitos surdos. Segundo Carvalho e Nóbrega (2015, p. 2), "[...] a educação de surdos é contada, raríssimas vezes, pelos próprios protagonistas, os surdos". Somente nas últimas décadas, com os avanços nos estudos linguísticos e culturais e com a luta do movimento surdo, consolidou-se uma nova compreensão da surdez como diferença, e não como limitação. Esse processo histórico possibilitou o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o fortalecimento da identidade surda, abrindo espaço para novas políticas educacionais inclusivas e bilíngues no país.

A pessoa surda é aquela que, em decorrência da perda auditiva, utiliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como principal meio de comunicação e expressão (Brasil, 2005). Segundo o Decreto nº 5.656, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, o decreto representa um marco legal para a consolidação dos direitos linguísticos da comunidade surda, reconhecendo a Libras como primeira língua (L1) e estabelecendo diretrizes para a implementação da educação bilíngue em todo o território nacional.

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas, e Bolsista do FAPEAL/UNEAL – Brasil, evelin.santos.2023@alunos.uneal.edu.br;
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas, e Bolsista do FAPEAL/UNEAL – Brasil, thayany.silva.2023@alunos.uneal.edu.br;
[3] Graduada em História pelo Centro Universitário AGES, em Pedagogia pela UNICESUMAR e em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pela UniBF: Mestranda Profissional pelo Curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) da Universidade Estadual de Alagoas, UNEAL, Brasil, claudianaribeirohistoria@gmail.com;
[4] Graduada em Pedagogia pela UFRPE; Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Docente da UNEAL e orientadora do PIBID. samara.melo@uneal.edu.br.

ISSN: 2358-8829

A partir dessa perspectiva, a surdez deixa de ser compreendida apenas como uma deficiência, isto é, sob o modelo biomédico que entende a surdez como a "[...] ausência de algo" (Santana; Torres, 2020, p. 1), e passa a ser entendida como uma diferença sociocultural, conforme o modelo socioantropológico, que "[...] apresenta a surdez como uma diferença linguística e cultural" (Santana; Torres, 2020, p. 1). Essa mudança de paradigma implica novas formas de pensar as políticas públicas, as práticas pedagógicas e a inclusão da pessoa surda.

De acordo com essas duas vertentes, o debate entre os modelos biomédico e socioantropológico, também conhecidos como concepções clínico-terapêutica e sociológica, é amplamente discutido por Vieira e Freire (2018). As autoras evidenciam que a primeira vertente, de caráter clínico, surge nas áreas da Medicina e da Ciência, compreendendo a surdez como "[...] uma patologia ou uma falha que necessita de reparos" (Vieira; Freire, 2018, p. 2).

Já a segunda vertente propõe "[...] uma visão mais humanizada, sem, entretanto, anular a necessidade de reflexão sobre uma Educação Especial já prevista em lei" (Vieira; Freire, 2018, p. 4), reconhecendo a surdez como expressão de identidade e diferença cultural. Diversos estudos nacionais têm evidenciado os desafios enfrentados pela educação de surdos no Brasil, sobretudo no que se refere à efetivação das políticas públicas educacionais e à consolidação de práticas pedagógicas bilíngues coerentes com as necessidades da comunidade surda.

De acordo com Skliar (1998), compreender o fracasso histórico da educação de surdos exige uma análise profunda de suas raízes políticas e sociais. O autor destaca que, para que as transformações pedagógicas ocorram de forma significativa, é necessário problematizar as metanarrativas e os contrastes binários que historicamente marcaram a concepção da surdez, tais como normalidade e anormalidade, ouvir e não ouvir, os quais ainda influenciam as práticas educacionais voltadas à pessoa surda.

As pesquisas científicas que discutem as políticas educacionais para a inclusão da pessoa surda e a educação bilíngue são essenciais para compreender os desafios e as possibilidades de efetivação desse direito. Segundo Mello, Orzechoski e Graff (2023), a inclusão de surdos no ensino comum é analisada a partir de pesquisas acadêmicas e das políticas educacionais, evidenciando desafios para a concretização de propostas inclusivas. Já Silva et al. (2024) discutem as contribuições dos glossários de

sinais-termo em Libras para a formação de professores bilíngues, destacando sua relevância para a educação bilíngue de surdos.

Diante desse panorama, a pergunta que norteou nossa pesquisa foi: como as políticas educacionais brasileiras têm abordado a educação bilíngue na perspectiva da inclusão de pessoas surdas, segundo as produções científicas brasileiras? Assim, este artigo tem como objetivo analisar como a produção científica brasileira publicada entre 2015 e 2025 aborda as políticas educacionais relacionadas à educação bilíngue de pessoas surdas. Para alcançar esse objetivo, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão sistemática da literatura.

O levantamento bibliográfico foi realizado no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com atualização dos registros em 9 de dezembro de 2025, utilizando os descritores "educação bilíngue", "inclusão", "surdos", "políticas educacionais" e "surdez", combinados pelos operadores booleanos AND e OR. A seleção dos artigos considerou sua pertinência ao tema investigado, observando os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos.

Posteriormente, as produções selecionadas foram examinadas qualitativamente, buscando identificar como as políticas educacionais voltadas à educação bilíngue de pessoas surdas são discutidas na literatura científica nacional, bem como as principais tendências, perspectivas e possíveis lacunas nas pesquisas desenvolvidas no período delimitado. Dessa forma, o artigo está estruturado em três seções, além da introdução e das referências. A primeira apresenta a metodologia adotada, a segunda expõe os resultados e as discussões e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa, e foi desenvolvida por meio de uma revisão da literatura baseada em artigos científicos brasileiros. Segundo Sousa *et al*. (2018), as revisões de literatura apresentam diferentes modalidades, como revisão crítica, integrativa, sistemática, de mapeamento, revisão do estado da arte, entre outras. Essas modalidades não se diferenciam apenas pela nomenclatura, mas também por suas finalidades, procedimentos metodológicos e formas de análise e síntese das evidências científicas. Assim, a escolha da modalidade

ISSN: 2358-8829

deve considerar os objetivos da pesquisa e os procedimentos adotados para a seleção, a análise e a interpretação dos estudos.

Diante disso, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão sistemática da literatura, caracterizada pela adoção de procedimentos organizados e explícitos para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar evidências científicas relacionadas a uma questão de pesquisa. Segundo Sousa *et al.* (2018), essa modalidade de revisão utiliza métodos sistemáticos para reunir e analisar os conhecimentos disponíveis sobre determinado tema, contribuindo para uma compreensão fundamentada da produção científica existente.

Nesse sentido, a revisão sistemática possibilitou examinar os artigos científicos brasileiros publicados entre 2015 e 2025, buscando compreender como as políticas educacionais relacionadas à educação bilíngue de pessoas surdas vêm sendo abordadas na literatura nacional. A delimitação temporal permitiu analisar as discussões desenvolvidas ao longo do período investigado, identificar tendências temáticas e reconhecer possíveis lacunas na produção científica, contribuindo para uma compreensão mais ampla do tema.

De acordo com Sampaio e Mancini (2007), a realização de uma revisão sistemática envolve nove (9) etapas fundamentais, que incluem a definição da pergunta de pesquisa, a escolha das bases de dados e das estratégias de busca, o estabelecimento de critérios de seleção, a identificação e avaliação dos estudos, a análise crítica dos resultados e a elaboração de uma síntese das evidências encontradas.

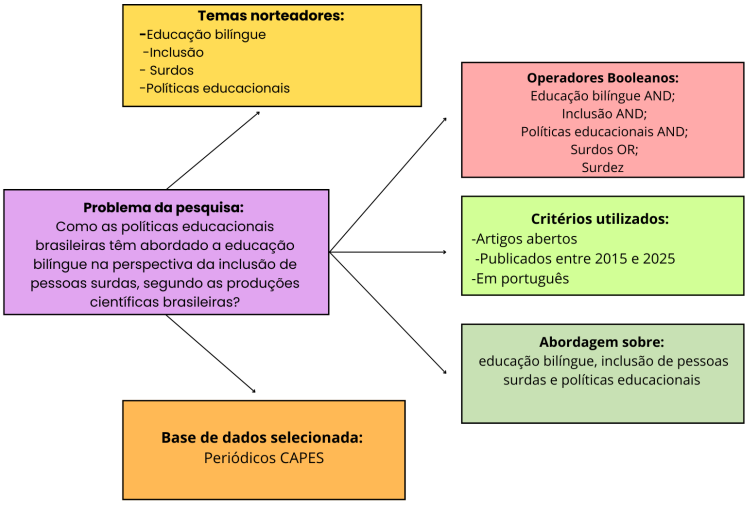
Inicialmente, define-se o problema de pesquisa e, a partir dele, são estabelecidos os temas norteadores que orientarão a busca na literatura. Esses temas são traduzidos em estratégias de busca, com o uso de operadores *booleanos*, aplicadas às bases de dados selecionadas. Após a busca inicial, os estudos identificados são submetidos a critérios de inclusão previamente definidos pelos pesquisadores, como ano de publicação, natureza do estudo e público investigado.

A busca bibliográfica foi realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com atualização dos registros da pesquisa em 9 de dezembro de 2025. Delimitou-se o período de publicação dos estudos entre 2015 e 2025. Para a busca, foram utilizados os descritores “educação bilíngue”, “inclusão”, “surdos”, “políticas educacionais” e “surdez”, combinados por meio dos operadores *booleanos* AND e OR. A seleção dos estudos considerou sua

relação com a temática da educação bilíngue de pessoas surdas, a inclusão escolar e as políticas educacionais, conforme os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para a pesquisa.

Na Figura 1, a seguir, observa-se um diagrama com os procedimentos utilizados para esta pesquisa.

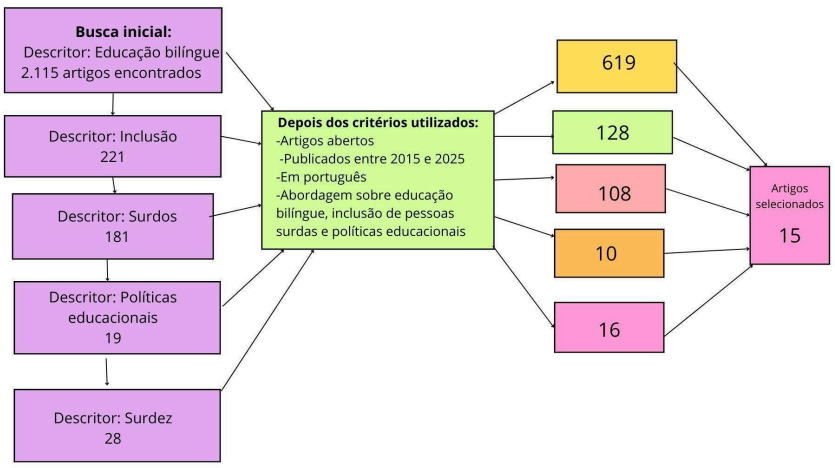
Figura 1: Procedimento de revisão sistemática.



Fonte: autoras (2025).

Além disso, o processo de busca, seleção e inclusão dos artigos se deu de acordo com a Figura 2, a seguir:

Figura 2: Procedimento de busca e seleção dos artigos.



ISSN: 2358-8829

Fonte: autoras (2025).

Em síntese, os diagramas apresentados ilustram as etapas de busca, identificação, seleção e inclusão dos estudos que compõem o *corpus* da pesquisa. O processo de seleção foi conduzido com base nos descritores, nos operadores *booleanos* e nos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Outrossim, a definição do conjunto final de 15 artigos deve ser acompanhada da descrição das etapas de triagem, explicitando a quantidade de estudos identificados inicialmente, os excluídos em cada etapa e as respectivas justificativas. Dessa forma, os diagramas permitem visualizar o percurso metodológico adotado e compreender como se chegou à seleção final dos estudos analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2018 e 2023, foram identificados dois e três artigos, respectivamente. Já em 2024, foi identificado apenas um artigo, enquanto em 2025 não foram encontradas publicações entre os estudos selecionados. A seleção priorizou estudos que abordavam a educação bilíngue de pessoas surdas, a inclusão escolar e as políticas educacionais relacionadas à temática. Além disso, a análise dos artigos foi organizada em cinco (5) temáticas centrais, articuladas em torno das políticas educacionais e linguísticas, da educação bilíngue de surdos e dos processos de inclusão escolar, evidenciando avanços legais, mas também lacunas na efetivação prática da educação bilíngue no contexto educacional brasileiro.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, o levantamento realizado identificou estudos de revisão bibliográfica e sistemática, pesquisas documentais, estudos empíricos e trabalhos de natureza teórica. Essa diversidade demonstra que a educação de surdos tem sido investigada sob diferentes perspectivas, envolvendo a análise de políticas educacionais e linguísticas, as práticas de inclusão escolar, a formação docente e as condições de acessibilidade. A partir dessa caracterização, torna-se possível compreender o contexto da produção científica e, posteriormente, discutir as contribuições dos estudos para o debate sobre a educação bilíngue de pessoas surdas.

ISSN: 2358-8829

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008, a inclusão pressupõe o "[...] direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação" (Brasil, 2008, p. 1). Essa perspectiva reforça que a inclusão não se limita ao acesso à escola, mas envolve a garantia de condições para que todos os estudantes participem das atividades pedagógicas e tenham suas diferenças respeitadas.

O artigo *O lugar da Educação de Surdos nas dissertações e teses* evidencia que a educação bilíngue de surdos pressupõe a criação de espaços educacionais que respeitem suas especificidades linguísticas e culturais, com a Libras como língua de instrução e a língua portuguesa escrita como segunda língua, além de um currículo que valorize os aspectos socioculturais da surdez (Ramos; Hayashi, 2018).

Para os autores, o reconhecimento linguístico constitui-se como resultado de processos históricos de resistência e de conquistas em prol da legitimidade das línguas de sinais na comunicação das pessoas surdas (Almeida; Santos, 2022). Diante disso, conforme Piconi (2019), no artigo *A educação de surdos como uma importante esfera das políticas linguísticas para a Língua Brasileira de Sinais: o Decreto nº 5.626/05 em foco*, a escola configura-se como um importante contexto para a padronização de normas e convenções linguísticas.

Contudo, a escola não se constitui como o único espaço em que esse processo ocorre, podendo também tornar-se um local de resistência, especialmente diante da diversidade linguística e das diferentes formas de uso das línguas. Nessa perspectiva, Lima e Silva (2019), no artigo *Bilinguismo na educação dos e para os surdos: uma discussão reflexiva sobre a política educacional e linguística*, apresentam a perspectiva da instituição escolar como um espaço privilegiado de vivências significativas.

A análise dos artigos selecionados permitiu identificar cinco áreas temáticas centrais: educação bilíngue de surdos, políticas educacionais e linguísticas, inclusão escolar, formação de professores e recursos pedagógicos e acessibilidade em Libras. Essas temáticas evidenciam a diversidade de aspectos abordados nas pesquisas, que discutem desde o reconhecimento dos direitos linguísticos das pessoas surdas e a implementação de políticas públicas até os desafios das práticas inclusivas, da formação docente e da utilização de recursos pedagógicos acessíveis. Dessa forma, a produção científica analisada contribui para compreender os avanços e os desafios da efetivação da educação bilíngue para pessoas surdas no Brasil.

ISSN: 2358-8829

A síntese dos artigos selecionados evidenciou três aspectos recorrentes nas discussões sobre a educação bilíngue de pessoas surdas: o reconhecimento dos direitos linguísticos, os desafios da inclusão escolar e a necessidade de formação docente e de acessibilidade comunicacional. No campo das políticas educacionais e linguísticas, Piconi (2019), ao analisar o Decreto nº 5.626/2005, evidencia disputas em torno dos sentidos atribuídos à inclusão e à educação bilíngue, destacando tensões entre as políticas oficiais e as reivindicações da comunidade surda.

Ramos e Hayashi (2018), por sua vez, identificam diferentes posicionamentos sobre a escolarização de estudantes surdos em escolas regulares ou em escolas e classes específicas, demonstrando que não há consenso sobre o modelo educacional mais adequado. Já os estudos sobre inclusão escolar apontam obstáculos como a insuficiência de profissionais qualificados, as dificuldades de acesso à comunicação em Libras e a necessidade de formação continuada dos professores.

Além disso, as pesquisas sobre acessibilidade linguística destacam a importância dos tradutores e intérpretes de Libras, embora sua presença, isoladamente, não assegure uma educação plenamente inclusiva. Em conjunto, os resultados indicam que, apesar dos avanços legais, persistem desafios para transformar o direito à educação bilíngue em práticas pedagógicas que respeitem as especificidades linguísticas e culturais das pessoas surdas.

Para Reis e Lima (2022), a educação bilíngue de surdos deve ser garantida por meio de estruturas e práticas pedagógicas específicas para o ensino, que exijam o respeito e a valorização da língua de sinais, neste caso, a Libras. Além disso, o artigo *Professores Surdos: uma reflexão sobre educação inclusiva* apresenta uma análise acerca da efetivação da educação inclusiva voltada aos estudantes e docentes surdos (Reis; Lima, 2022).

Para aprofundar a análise das produções científicas selecionadas, é necessário considerar não apenas a distribuição dos artigos entre os periódicos, mas também suas contribuições para a compreensão das políticas educacionais voltadas às pessoas surdas. Nesse sentido, destaca-se o estudo de Almeida e Santos (2022), intitulado *Educação bilíngue para surdos no Brasil e em Portugal: uma revisão sistemática da literatura*, cujo objetivo foi identificar a produção científica sobre a educação bilíngue de surdos nos dois países.

Por meio de uma revisão sistemática da literatura, os autores identificaram uma

ISSN: 2358-8829

produção científica reduzida sobre a temática, associando esse cenário à consolidação relativamente recente das políticas de educação bilíngue e às lutas do movimento surdo. Esse resultado evidencia a necessidade de ampliar as pesquisas na área e de aprofundar as discussões sobre a implementação das políticas educacionais e a garantia do direito à educação bilíngue.

A análise inicial dos 15 artigos selecionados na revisão sistemática considera a distribuição das publicações por periódico, os objetivos e procedimentos metodológicos dos estudos, bem como os níveis e públicos educacionais investigados. Quanto aos periódicos, foram identificadas duas publicações na Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas e uma publicação em cada um dos seguintes periódicos: Revista Brasileira de Educação Especial, Revista Portuguesa de Educação, Revista Educação Especial, The ESPecialist, Vivências, ETD – Educação Temática Digital, Ensino & Pesquisa, Revista Espaço do Currículo, Educação e Filosofia, Ideação e Brazilian Journal of Development.

Esse panorama revela a pluralidade de periódicos envolvidos na difusão do conhecimento sobre educação bilíngue, inclusão e políticas educacionais voltadas às pessoas surdas, ao mesmo tempo em que aponta a ausência de concentração da produção científica em um único periódico especializado, reforçando o caráter interdisciplinar do campo.

A análise dos estudos de Ramos e Hayashi (2018) e Mello, Orzechoski e Graff (2023) evidencia a existência de diferentes posicionamentos acerca do *lócus* da escolarização de estudantes surdos. Ramos e Hayashi (2018), ao analisarem dissertações e teses, identificaram divergências entre a defesa da escola regular e a de escolas ou classes específicas para surdos. De modo complementar, Mello, Orzechoski e Graff (2023), por meio de pesquisa bibliográfica e documental, discutem as condições necessárias à inclusão de estudantes surdos no ensino comum, destacando que "[...] nem todas as escolas estão aptas a atender as especificidades de alunos surdos" (Mello; Orzechoski; Graff, 2023, p. 112). Esses resultados evidenciam que a efetivação da escolarização inclusiva exige considerar as especificidades linguísticas dos estudantes surdos e as condições institucionais e pedagógicas necessárias à aprendizagem.

No que se refere à formação docente, Lodi e Lacerda (2016) destacam a necessidade de ampliar os investimentos na formação de professores bilíngues e na circulação da Libras na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

ISSN: 2358-8829

As autoras apontam que essas etapas demandam maior atenção nas políticas de formação, considerando sua importância para o desenvolvimento linguístico dos estudantes surdos. Essa discussão reforça a necessidade de políticas públicas que contemplem as especificidades linguísticas e educacionais desses estudantes desde os primeiros anos de escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática permitiu analisar os avanços normativos e os desafios relacionados à efetivação da educação bilíngue de surdos no Brasil. Mello, Orzechoski e Gräff (2023) destacam que nem todas as escolas estão preparadas para atender às especificidades dos estudantes surdos, enquanto Lodi e Lacerda (2016) ressaltam a necessidade de ampliar a formação de professores bilíngues e a presença da Libras nas etapas iniciais da escolarização.

De modo complementar, Reis e Lima (2022) enfatizam a importância de estruturas e práticas pedagógicas que valorizem a língua de sinais. Esses estudos evidenciam desafios para aproximar o reconhecimento legal da educação bilíngue de surdos de sua concretização nas instituições escolares, considerando a Libras como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua (L2). Os estudos analisados demonstram que a consolidação do bilinguismo como proposta educacional ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e conceituais, sobretudo no que se refere à compreensão da Libras como língua de instrução, e não apenas como recurso de acessibilidade.

Essa tensão reflete disputas históricas entre diferentes concepções de inclusão e evidencia que a centralização da escola, tal como prevista nas políticas oficiais, nem sempre contempla as demandas linguísticas e culturais da comunidade surda. Outro aspecto relevante diz respeito à formação docente, apontada de forma recorrente nos estudos como insuficiente para atender às especificidades da educação bilíngue de surdos. Os resultados apontam que o reconhecimento da Libras é fruto de processos históricos de resistência e de lutas contra a marginalização linguística das pessoas surdas. Nesse contexto, a escola assume papel central na valorização da diversidade linguística e na construção de práticas inclusivas.

ISSN: 2358-8829

Além disso, a análise evidenciou que a produção científica ainda é quantitativamente reduzida, o que pode ser associado à recente consolidação das políticas de educação bilíngue e às lutas históricas do movimento surdo por reconhecimento linguístico e educacional. Tal cenário revela a necessidade de ampliação das pesquisas empíricas, especialmente aquelas que investigam práticas pedagógicas, experiências institucionais e os impactos das políticas públicas na escolarização de estudantes surdos.

Portanto, a efetivação da educação bilíngue de surdos no Brasil demanda mais do que avanços legais. Requer o reconhecimento da surdez como diferença linguística e cultural, a valorização da Libras, o fortalecimento das políticas linguísticas e educacionais e o compromisso do Estado com intervenções estruturais que garantam uma educação verdadeiramente inclusiva e bilíngue. Espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões na área e incentive novas pesquisas que ampliem e fortaleçam esse campo de investigação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wolney Gomes; SANTOS, Anabela C. Educação bilíngue para surdos no Brasil e em Portugal: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 35, n. 2, p. 332–355, 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE - Política Nacional de Educação Especial**: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Brasília: MEC; SEMESP, 2020. 124 p.

LIMA, Francisco Renato; SILVA, Jovina da. Planejamento de ensino e aprendizagem na Educação Superior: um ato dialógico de articulação entre a teoria e a prática docente. **Debates em Educação**, v. 11, n. 25, p. 36–55, 2019.

MELLO, Cassiane Ribeiro de; ORZECHOSKI, Tâmaris Tainá Schuh; GRÄFF, Patrícia. Inclusão de surdos no ensino comum: uma análise a partir de pesquisas acadêmicas e das políticas educacionais. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 24, n. 1, p. 106–114, 2023.

PICONI, Larissa Bassi. A educação de surdos como uma importante esfera das políticas linguísticas para a Língua Brasileira de Sinais: o Decreto nº 5.626/05 em foco. **Revista Educação Especial**, v. 32, e89, p. 1–28, 2019.

RAMOS, Denise Marina; HAYASHI, María Cristina Piumbato Innocentini. O lugar da educação de surdos nas dissertações e teses. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 2, p. 247–260, 2018.

REIS, Flaviane; LIMA, Marisa Dias. Educação bilíngue de surdos na LDB: uma nova conquista do movimento surdo. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 24, n. 4, p. 761–780, 2022.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83–89, 2007.

SANTANA, Raiana Cardoso de; TORRES, Cláudia Regina Vaz. Educação dos surdos: propostas educacionais inclusiva e bilíngue. In: Colóquio Internacional De Pesquisa Em Educação; Colóquio Nacional De Pesquisas Em Educação; Colóquio Regional De Pesquisas Em Educação, 1.; 2.; 10. **Anais [...].** Faculdade Cairu,. Resumo expandido, 2020.

SILVA, Erliandro Félix; SONZA, Andréa Poletto; ROCHA, Luiz Renato Martins da; GOMIDES, Paula Aparecida Diniz. Educação de surdos: glossários de sinais-termo em Libras e a formação de professores bilíngues. **Ensino & Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 102–118, 2024. DOI: https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.2.8202.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUSA, Luís Manuel Mota de; FIRMINO, Cristiana Furtado; MARQUES-VIEIRA, Cristina Maria Alves; SEVERINO, Sandy Silva Pedro; PESTANA, Helena Castelão Figueira Carlos. Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação**, v. 1, n. 1, p. 45–55, 2018.

VIEIRA, Demóstenes Dantas; FREIRE, Maria Geiza Ferreira. Da concepção clínico-terapêutica à concepção socioantropológica: uma reflexão sobre a surdez e sobre a pessoa surda. In: **Congresso Nacional De Educação (CONEDU)**, 7., 2021. *Anais [...]*. Campina Grande: Realize Editora, 2021.